

RESENHA - OS CONCEITOS: SEUS USOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Alexandra Aparecida de Araújo Figueiredo¹

Resenha da obra: BARROS, José D'Assunção. *Os conceitos: seus usos nas ciências humanas*. Petrópolis: Vozes, 2016.

O homem é constituído na e pela linguagem, logo, está condenado a significar para existir e com isso traz como característica intrínseca o ato de nomear o mundo ao seu redor. Nomear não é apenas uma forma de organizar as demandas sociais, mas também de atender a ilusão de determinar os sentidos, do mesmo modo, tornar o mundo mais previsível e bem mais delimitável. Nesse sentido, a prática de conceituação nos auxilia na percepção e compreensão da realidade, uma vez que sem a mesma não seria possível a construção de discursos inteligíveis. É considerando a relevância que os conceitos possuem, não apenas no cotidiano social, mas também na construção de conhecimento, que se propõe o livro resenhado aqui.

A obra intitulada “*Os conceitos: seus usos nas ciências humanas*” publicada pela editora Vozes, ano de 2016, em Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil, é composta por 203 de páginas, divididas em quatro partes. O autor, José D'Assunção é historiador, porém, sua proposta em refletir a questão dos conceitos, não abrange somente as ciências humanas, mas outras áreas disciplinares, como a Física e Antropologia.

A primeira parte está organizada em quatro tópicos: 1 Conceitos: o autor afirma que todas as ciências os têm, até mesmo as que ainda estão em busca de serem reconhecidas como tal. Desse modo, os conceitos são inerentes a todos os campos do saber e práticas não aceitas como ciências. Para o pensador a Arte é uma área do saber que lida com os conceitos de forma criativa, ora como afronta, ora como interação. No tópico 2, com o título *A vontade de conceito*, Barros se propôs, de forma didática, a discorrer sobre a indagação: para que servem os conceitos e por que nós humanos temos essa vontade de conceituar na mesma proporção que a vontade de nomear. Com a prática de conceituar vem

¹ Universidade Federal da Grande Dourados (alexandraap1@hotmail.com)

juntamente a sensação de exercer certo poder. O autor ainda destaca que estamos diante de criações humanas, os conceitos não estão prontos a nossa espera, são construídos e estão em constante elaboração e reelaboração como toda atividade humana.

O título *Conceito no mundo humano* é o tema do tópico 3, em que o autor enfatiza que os conceitos, enfim, ajudam os historiadores e cientistas sociais a “organizarem o céu (ou o inferno) que pretendem examinar” (p. 23). *Distinção entre palavras simples e conceitos* é a questão abordada no tópico 4. Não há uma distinção entre conceito e palavras simples efetivamente, pois o que vai determinar tais características é o campo de saber em que estarão em uso. Porém, para que uma palavra seja considerada um conceito ela precisa ser operacionalizada dentro de um campo de saber, promover discussão dentro de um campo específico de reflexões. Logo, para que uma palavra seja considerada um conceito ela precisa ultrapassar a condição de unidade de comunicação e se tornar uma unidade de conhecimento.

A segunda parte tem como título – *Conceitos e produção de conhecimento* – e está organizada em quinze tópicos, do 5 ao 15. O tópico 5 trata das seis funções dos conceitos no processo de produção do conhecimento, que são: comunicar; organizar; generalizar; comparar; problematizar e aprofundar. Ele traz como exemplo a História como área de saber que precisa refletir sobre as transformações ocorridas no modo de fazer história, ou seja, o que se tem atualmente é uma história-problema que visa interpretações sobre os diversos acontecimentos históricos, assim, aprofundar requer ultrapassar o nível das fontes. *Os conceitos e seu potencial de generalização* é a questão referida no tópico 6. Aqui o autor assevera a existência de conceitos com características generalizadoras que podem agrupar particularidades de objetos ou eventos, ou seja, são conceitos agrupadores que podem resguardar outros conceitos e estabelecer uma relação de hierarquia.

É preciso destacar que alguns tipos de conceitos requerem um grau de abstração maior em sua elaboração, como é o caso de revolução. Para esses tipos de conceitos o autor denomina como constructos, que é o tema do tópico 7. O constructo, diferentemente dos conceitos de estruturas mais simples, não permite que suas propriedades sejam mensuradas, apreendidas de uma forma direta. Assim, temos os *conceitos agrupadores e conceitos transversais* como é proposto no tópico 8. Os conceitos transversais, distintamente dos agrupadores que se

referem às categorias gerais nas quais se enquadram objetos particulares, se referem às propriedades, aos processos ou às situações generalizadas.

Os *conceitos estabelecem relações diversas entre si*, como defendido no tópico 9. Temos a “relação partitiva” que se dá quando um conceito é parte de outras partes diversas que também são conceitos. O tópico 10, sobre *a polissemia e a historicidade dos conceitos* vem nos ratificar que os conceitos são construções humanas e históricas e como todas as atividades humanas nada está pronto e acabado. Assim, dependendo de novas demandas para atender às necessidades humanas de organização de sua realidade, tais conceitos podem sofrer algum tipo de alteração. A questão da polissemia conceitual nas ciências humanas é o debate proposto no tópico 11. Como exemplificação de conceitos que apresentam variadas possibilidades de definições, o conceito “ideologia” vem corroborar tal proposta. Tais agrupamentos e deslocamentos de conceitos nos mostram a *historicidade dos conceitos nas ciências humanas*, como percebemos no tópico 12.

Assim, alguns conceitos se desgastam com o tempo, enquanto outros permanecem em alta, em determinadas condições de produção. Isso nos indica que os conceitos possuem sua historicidade, ou seja, são produtos da História, logo, têm sua própria história. No tópico 13 o autor pontua a existência de “*Outros instrumentos teóricos para além dos conceitos*”, como os “termos” e “noções”, contudo, são instrumentos mais vagos e menos precisos, mas que podem coabitar com os conceitos na construção do conhecimento. Precisar um conceito, ou seja, delimitá-lo é como, segundo o autor, afinar um instrumento musical. E é na temática do tópico 14 “*Extensão e compreensão de um conceito*”, que podemos compreender que quanto maior a extensão de um conceito menor será sua compreensão.

Daí a necessidade em delimitar um conceito a fim de que ele seja empregado ao menor número de casos. O tópico 15 e último da primeira parte do livro está intitulado como “*O conceito como acorde*”, assim do mesmo modo que a constituição de um acorde se faz por meio de combinações de notas, a “compreensão de um conceito é constituída pela relação de uma nota com cada uma das outras, e, por fim, pela relação de cada uma e de todas as notas com a totalidade que as constitui” (p. 85).

A parte III intitulada “*A formulação conceitual*” está dividida entre os tópicos 16 a 22. “*Um exemplo específico: o conceito de “revolução em Hannah*

Arendt” é o tema do tópico 16. O autor demonstra como a compreensão sobre o conceito de “revolução” foi ampliado por Arendt, no sentido de atender às demandas daquele momento histórico. É uma atitude vista pelo autor como mais adequada, uma vez que utilizar um conceito de forma banal, ou de maneira reduzida, como consta nos dicionários, pode incorrem em inadequações. Isso é o que se discute no tópico 17, *“Revolução ou golpe de Estado? Um estranho jogo conceitual no Brasil-ditadura”*, pois foi a partir de uma compreensão reduzida sobre o conceito de revolução que a ditadura militar impôs o Golpe de Estado. O tópico 18 *“Perversões conceituais: o curioso conceito de “ditabranda”* tem como exemplificação de alterações conceituais de forma perversa com o intuito de alcançar determinados objetivos, ou seja, se diz *ditabranda* para fugir do estigma do conceito de ditadura.

No tópico 19 *“Redes articuladas de conceitos”* é destacada a questão de que os agrupamentos conceituais precisam ser elaborados de forma articulada, como é o caso do conceito de “revolução” cunhado por Arendt. Uma revolução que tem como premissa a libertação oposta de liberdade, ou seja, uma libertação política. Nesse sentido, o tópico 20 *“Buscando a medida adequada entre a compreensão e a extensão de um conceito”* vem ratificar a necessidade de se propor uma definição aos conceitos de forma não “excessivamente ampla e complexa, nem demasiada estreita e simplista” (p.113). O desafio em definir um conceito se amplia ao considerar o caráter polissêmico que determinadas palavras podem sugerir e essa é a questão proposta no tópico 21. Isso se acentua ao pensar que os conceitos possuem não somente a característica de agrupador, como é o exemplo do conceito de Revolução Russa, mas também de transversalidade, ou seja, “agregar certos adjetivos que tangenciam a realidade humana mais ampla”, como o exemplo de Revolução Industrial (p.117).

Com o intuito de propor mais algumas notas ao conceito de “revolução”, no sentido de que a compreensão de tal conceito abarque, não somente o conceito de revolução como movimentos sociais, mas também as “revoluções transversais”, o autor sugere alguns acordos como: rapidez processual; persistência significativa; rupturas; violência; mudanças radicais; consciência do novo; coletivo de liberdade; potencial emblemático; rejeição extremada; extensividade; processos internos.

A parte IV tem como título *“Os conceitos na História”* e está dividida entre os tópicos 23 a 32. Com a temática: *Singularidades da História; um texto desdobrado sobre si mesmo*, o tópico 23 ressalta as particularidades do

historiador enquanto cientista que precisa estar em constante diálogo com outros autores a fim de ratificar seu discurso, pois é um sujeito apartado do tempo de seu objeto de análise. Logo, a História, enquanto disciplina, carece desse discurso outro em sua constituição. As singularidades da História fazem com que o historiador transite entre “*dois níveis de conceitos*, como explícito no tópico 24. Desse modo, é preciso que “o historiador desenvolva um *feeling* para o uso correto de palavras de um tempo outro” (p.147), isso porque as palavras e os conceitos possuem uma história e podem mudar, ganhando novos significados.

No tópico 25 a questão está centrada em compreender a origem dos conceitos, para isso o autor propõe como título a indagação “*de onde vêm os conceitos da História*”? Como resposta ele indica algumas possibilidades, como: 1 Das fontes e das realidades históricas examinadas; 2 Do patrimônio conceitual consolidado pela historiografia; 3 Da criação pessoal de historiadores, em obras específicas; 4 Do patrimônio conceitual consolidado nas demais ciências humanas; 5 De migrações oriundas de outros campos de saber; 6 Da vida comum de hoje.

Primeira ordem de anacronismo: os conceitos de hoje aplicados a ontem, é sobre o que autor discorre no tópico 26 para esclarecer a possibilidade de “o historiador utilizar uma palavra ou expressão de sua época para explicar um processo de outra época em que tal palavra não existia como conceito” (p.160). Do mesmo modo, pode ocorrer de se utilizar de palavras atuais, mas que o sentido não é exatamente idêntico ao do tempo em análise, daí a necessidade do *feeling* historiográfico. O autor destaca que não há explicação para esclarecer o motivo pelo qual alguns conceitos permitem tais adequações em outras épocas e outros não.

O tópico 27, com o título “*potencial generalizador diacrônico*, nos permite compreender, por exemplo, que o conceito de “revolução” pode ser entendido como um conceito de alto potencial generalizador diacrônico, visto que inúmeros eventos ocorridos na história puderam ser conceituados como revolução. Ou seja, um conceito com potencial diacrônico é um conceito com “capacidade de ser extensível para situações históricas diferenciadas” (166). Já no tópico 28 a questão é o “*potencial generalizador sincrônico*”, que é capacidade de um conceito com potencial generalizador em “sociedades dispostas no interior de um mesmo horizonte temporal” (p.172) e como exemplo temos o conceito de “feudalismo”.

No tópico 29 o autor traz a “*segunda ordem de anacronismo: de ontem para hoje*”, para enfatizar que tal questão pode acontecer não somente quando se utiliza conceitos de hoje para eventos de ontem, mas também pode ocorrer ao contrário, ao utilizar conceitos de ontem para hoje. Isso ele entende como “uma importação ingênua dos conceitos, pois não considerar as possibilidades de variações históricas nos significados” (p. 177). O tópico 30 traz um exemplo de anacronismo ao utilizar de conceitos atuais para explicar um acontecimento do passado e para isso o autor propôs como tema “*um estudo sobre o anacronismo: o Rabelais*”, de Lucien Febvre.

Escravidão e liberdade: variações nas relações entre os dois conceitos é a proposta do tópico 31 para exemplificar os limites de um conceito generalizador. Isso porque, como no exemplo do texto, o conceito de “escravidão” comum às sociedades coloniais e europeias, podem ter implicações inadequadas ao pensar em algumas regiões africanas em que se conceituavam como “cativos” “uma forma de escravidão patriarcal” (p.186). No tópico 32, “*paralisia conceitual*”, para finalizar sua obra, o autor vem enfatizar sua preocupação sobre a incessante busca por um “conceito perfeito”, pois os conceitos não são apenas unidades de conhecimentos, mas também unidades de comunicação. Assim, exagerar na precisão de um conceito pode implicar em comprometimento da comunicação.

Logo, “conceituar não é apenas uma operação científica, mas também uma arte” (p.190) e como toda arte precisa ter certa leveza. As contribuições que a obra configura nos permite refletir a historicidade dos conceitos nas ciências humanas e com isso compreender que tudo se constitui na e pela linguagem e por isso nada está pronto e acabado, tudo é passivo de transformação.

Recebido em 05 de fevereiro de 2020

Aprovado em 10 de março de 2020